







## I. INTRODUÇÃO E OBJETIVOS

<b>1</b>	<b>Introdução</b>	<b>15</b>
.....		
<b>2</b>	<b>O Programa PED no Estado de São Paulo</b>	<b>16</b>
.....		
<b>2.1</b>	<b>Apresentação</b>	<b>16</b>
.....		
<b>2.2</b>	<b>Objetivos</b>	<b>17</b>



### 1 Introdução

O estudo de modelos de sustentabilidade constitui-se em etapa avançada no desenvolvimento das políticas ambientais brasileiras. Consolida as etapas anteriores de preservação e conservação ambientais, ao mesmo tempo em que busca oferecer alternativas aos programas de desenvolvimento, elaborados até recentemente sem as cautelas devidas às questões ambientais e suas conseqüências negativas, porque nessas conseqüências, das quais se relevam aqui as da degradação e as das possíveis (e caras) recuperações ambientais, incidem necessariamente custos adicionais futuros a este mesmo desenvolvimento, e é demonstrada a cota de ineficiência e esgotamento de recursos, antes não detectados em análises tradicionais de custos e benefícios, econômicos e sociais.

A sustentabilidade vem, portanto, redirecionar o círculo constituído pelos elementos acima citados, quais sejam, preservação, conservação, desenvolvimento, degradação e recuperação, adicionando ainda outros indicadores como os relativos à cidadania, ao monitoramento, à capacitação diferenciada de mão-de-obra e a mecanismos técnicos inovadores, que são resultantes novas e diferenciadas no espectro amplo da questão abordada.

Além desses indicadores, uma outra questão surge como principal e intensamente articulada ao tema desenvolvimento sustentável: a questão da descentralização ambiental.

O “pensar globalmente e agir localmente”, transformado em mote por todo ambientalista pós-ECO-92, ganha aqui seu aspecto mais consistente.

A sustentabilidade ambiental pode ser considerada, assim, o fruto de ações localizadas, pois a forma de desenvolvimento dos projetos está intrinsecamente ligada aos assentamentos humanos pelos quais e para os quais se estabelece.

A geração das políticas e dos meios, sejam eles técnicos, financeiros e/ou institucionais, foi desencadeada desde uma esfera global, por meio de linhas de financiamento internacional propiciadoras de experiências inovadoras pelo BIRD (Banco Mundial), em parceria com o Governo brasileiro, que implantou os programas nacionais do PED – PNMA, Projetos de Execução Descentralizada do Programa Nacional de Meio Ambiente, e com a adequação de políticas públicas que inovaram técnica e socialmente em áreas que tiveram interface e implementação ambiental e sustentável, tais como os setores de Agricultura, Educação e Indústria.

Porém, o detalhamento dessas mesmas políticas, o justo dimensionamento das questões, a sua adequação à grande heterogeneidade das questões sociais e físico-geográficas encontradas fazem da descentralização o caminho mais adequado, permitindo que



governos locais se incumbam dessas tarefas que, “de per si”, interagem positivamente no adestramento e transformação das instituições públicas locais que se disponibilizam para o enfrentamento dessas questões.

## **2 O Programa PED no Estado de São Paulo**

### **2.1 Apresentação**

O estudo do Programa PED, Projetos de Execução Descentralizada, do PNMA, Programa Nacional do Meio Ambiente, foi desenvolvido em conjunto por vinte Estados brasileiros, em parceria com as suas Secretarias e/ou instituições estaduais de Meio Ambiente, Prefeituras e setores de sociedade civil, como ONGs, Cooperativas e Associações.

Através do PED, o Governo Federal, por intermédio do Ministério do Meio Ambiente, apoiou programas estaduais relacionados com a conservação e/ou recuperação de recursos naturais que obedeceram a uma série de requisitos, entre os quais os que: incentivam a adoção de mecanismos que permitam a associações, empresas e administrações municipais desenvolverem soluções para os problemas ambientais que consideram a realidade local e compatibilizam, de forma otimizada, os interesses econômicos com a proteção ambiental; priorizam, desde sua preparação, ações que minimizem, na fase de pós-implantação, as despesas operacionais adicionais do orçamento estadual; e contam, o mais possível, já a partir da fase de preparação, com a participação do setor privado e da sociedade civil da área de atuação do programa, inclusive no financiamento dos projetos.<sup>(1)</sup>

Neste programa nacional, cada Estado pré-qualificado elegeu, para fins de participação no programa estadual e de financiamento pelo PED, projetos que obedeceram a critérios específicos seletivos, baseados nas premissas gerais para cada Estado, respeitadas ainda as diretrizes ambientais previstas em suas políticas públicas de governo.

O Estado de São Paulo elegeu seis projetos em um amplo processo de articulação e participação, iniciado a partir do recebimento de quarenta e cinco cartas-consulta, representativas de todo o Estado, nos três biomas existentes: Mata Atlântica, Zona Costeira e Cerrado.<sup>(2)</sup>

Os seis projetos integrantes do PED são:

- . Uso Sustentável do Complexo Estuarino-Lagunar de Iguape, Cananéia e Ilha Comprida;
- . Programa Piloto de Desenvolvimento Sustentado em Aquicultura;
- . Recuperação da Microbacia do Córrego Fortuna;
- . Programa de Proteção aos Mananciais de Abastecimento Público – Reflorestamento Ciliar;
- . Agricultura Limpa;
- . Recuperação Ambiental do Reservatório de Marimbondo.

1 Ver PED – Projeto de Execução Descentralizada, Relatório da Comissão Especial do PED/CONSEMA, 1995.

2 Ver Projetos de Execução Descentralizada, Manual de Instruções, março de 1994. Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e da Amazônia Legal – Programa Nacional do Meio Ambiente.





## 2.2 Objetivos

Este trabalho tem por objetivo analisar e discutir a pertinência da implantação de programas locais de sustentabilidade socioambiental, os quais, por meio da aplicação de novas estratégias para o enfrentamento de problemas ambientais, visam conciliar vocações regionais, em seu âmbito cultural e econômico, com a execução de projetos que respondam a necessidades locais e regionais, criem condições de sustentabilidade econômica e de replicabilidade, e contem com a inserção de setores políticos, institucionais e sociais diversificados, buscando alcançar sustentabilidade com conservação de recursos naturais.

Objetiva também discutir as linhas de análise socioambientais, relacionadas às questões da globalização, da sustentabilidade e da descentralização ambiental. Esses aspectos serão abordados teoricamente em capítulos específicos, que tratam dos temas sobre políticas públicas ambientais globais e locais, sustentabilidade e poder local em sua trajetória ambiental, identificação, tipologia e ação dos atores sociais relevantes inseridos no programa, e questões sobre riscos, ética de conhecimento e consumo, e novos modos de vida.

E por fim, como objetivo específico, busca analisar o Programa “Projetos de Execução Descentralizada” do Estado de São Paulo, por meio de uma análise tipológica e setorial dos seis projetos implantados, considerando: inserção nas políticas ambientais do Estado, estrutura de gerenciamento, capacidade técnica e institucional instaladas ou resultantes, resultados sociais e ambientais obtidos e monitoramento executado, buscando a produção de indicadores ambientais específicos.

O Programa PED, Projetos de Execução Descentralizada, visa à execução de projetos regionais e locais de caráter sustentável, desenvolvidos em âmbito nacional, com regime de execução descentralizada local e coordenação partilhada nos níveis federal, estadual e municipal, participação institucional e envolvimento de setores sociais diferenciados, geração de recursos, replicabilidade das experiências e sustentabilidade em sua fase de pós-execução financiada.

Este programa, desenvolvido por intermédio do PNMA, Programa Nacional do Meio Ambiente, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, é o quarto programa desta linha, o qual contou também com o Programa de Proteção de Ecossistemas, Programa de Fortalecimento Institucional e Programa de Proteção de Unidades de Conservação.

O Programa PED se implantou então como atividade pioneira, a nível mundial, no âmbito dos Programas de Financiamento do BIRD (Banco Mundial), e a análise de sua execução, no Estado de São Paulo, poderá ser de grande valia para o estabelecimento de novos subsídios para o enfrentamento das questões de gerenciamento, articulação e principais linhas temáticas de proposição para a área de desenvolvimento sustentável local.

A avaliação das três questões principais, globalização, sustentabilidade e descentralização ambiental, tomando como base a executabilidade do Programa PED, é, pois, a proposta principal deste trabalho.



Nela, será cotejada a estrutura de relações institucionais promovida pelo intenso trabalho desenvolvido por diferentes grupos de municípios, em regiões de desenvolvimento econômico diferenciado no Estado de São Paulo, em conjunto com segmentos técnicos diversos e representativos da área ambiental ao nível de Estado (como os do Ministério do Meio Ambiente e Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo), todos eles embasados pela normatização e coordenação geral permanente de representantes do BIRD (Banco Mundial).

Outro fator relevante a ser destacado é o tempo político do desenvolvimento do projeto, representado pelos períodos de renovação de representatividade política diferenciada nos governos federal e estadual, face a face com a dos governos municipais, e os seus graus de agregação e sustentabilidade técnica, institucional e social dele decorrentes.

Os estudos introdutórios e a análise dos projetos deverão responder a várias questões específicas, entre as quais as que se destinam a: estudar o fomento e a ampliação do processo de gestão ambiental descentralizada no Estado de São Paulo, nos seus três biomas componentes: Mata Atlântica, Zona Costeira e Cerrado; analisar a incorporação da sociedade civil, representada por suas organizações legitimamente constituídas, à gestão ambiental, por meio da atuação compartilhada com o órgão financiador internacional, a União, o Estado de São Paulo e os municípios participantes; identificar o desenvolvimento de mecanismos inovativos para a aplicação de políticas de conservação ambiental e do arcabouço legal vigente, de modo a atender tanto às condições técnicas específicas de cada projeto como aos seus objetivos de replicabilidade e de sustentabilidade econômica, ambiental e social.

